

## PARECER ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer n.º 108/2024

*Recursos Contra a Decisão da Agente de  
Contratação que Habilitou a empresa Terramix  
Prestação de Serviços LTDA.*

**RECORRENTE: KAENG INFRAESTRUTURA LTDA**

Solicita-se parecer da Assessoria Jurídica acerca do Recurso apresentado pelo Recorrente.

### 1. DO OBJETO

Trata-se de recurso apresentado pela Recorrente alegando, em apertada síntese, que a empresa Terramix utiliza-se dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 de forma fraudulenta, sob o argumento de que possui duas empresas em aberto com o mesmo fim, com a finalidade de frustrar a fiscalização.

A empresa Terramix, em contrarrazões, rechaçou as alegações apresentadas pela Recorrente, pugnando pelo prosseguimento do feito.

É, em apertada síntese, o relatório.

### 2. DA ADMISSIBILIDADE

O Recurso foi apresentado tempestivamente ao procedimento, consoante despacho da pregoeira ocorrido em evento retro.

Sendo, pois, tempestivo o protesto e encaminhados de forma válida, deve ser recebido o recurso interposto, razão pela qual passamos a análise do mérito.

### 3. DO DIREITO

De início, adianta-se que as alegações do Recorrente merecem prosperar.

Antes de fundamentar acerca das razões que fizeram esta Assessoria entender pela configuração de grupo econômico por parte da empresa vencedora do certame, necessário destacar o Acórdão n.º 337/2022 proferido pelo TCU que assim decidiu e serviu de base para fundamentar o presente parecer:

**"SUMÁRIO**

PEDIDOS DE REEXAME. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS, PEQUENOS VOLUMES E DOCUMENTOS NÃO POSTAIS. CONLUIO DE LICITANTES E DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO COM CONTEÚDO FALSO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR. IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS. NÃO PROVIMENTO.

**ACÓRDÃO**

VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos por Poty Rent a Car Ltda. e por Capim Dourado Rent a Car Ltda. contra o Acórdão 866/2021-TCU-Plenário, que considerou procedente representação contra o Pregão Eletrônico 49/2019, promovido pela Caixa Econômica Federal para contratação de serviços de transporte de pessoas, pequenos volumes e documentos não postais, e declarou a inidoneidade das recorrentes para licitar e contratar com a Administração Pública por 3 (três) anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres da unidade técnica, com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
- 9.2. encaminhar cópia deste Acórdão às recorrentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal e à Caixa Econômica Federal, com a informação de que o Relatório e o Voto que o fundamentam estão disponíveis no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos)."

A decisão recorrida utilizou como base para reconhecimento do grupo econômico os seguintes indícios:

"3. Os indícios que a representante elenca para a caracterização da formação de um grupo econômico entre as mencionadas licitantes, em síntese, são:

- i) exploração do mesmo objeto e mesmo nicho de mercado;
- ii) o parentesco entre os sócios, que seriam irmãos;
- iii) relações pretéritas entre os sócios das empresas, pois foram sócios de outras empresas em conjunto, bem como com o pai e o tio;
- iv) o fato de as empresas possuírem o mesmo contador;
- v) coincidência de telefones para contato;
- vi) a anexação ao sistema do certame das planilhas com as propostas elaboradas pela mesma pessoa; e
- vii) representação conjunta de ambas as empresas pela mesma sócia em diversos atos distintos."

Deste modo, passamos a análise dos indícios apresentados que nos fez adotar o posicionamento de acatar a alegação imposta pela empresa Kaeng em seu recurso.

Constatando a documentação apresentada, identificamos as seguintes coincidências entre as empresas Terramix e SRV:

- I. As empresas possuem descrições de **atividades idênticas** elencadas em seu CNAE;



II. As empresas possuem o mesmo telefone para contato cadastrado

III. As empresas possuem o mesmo telefone de contato e e-mail cadastrados no Comprovante de Inscrição no CNPJ;

IV. A empresa possui como sócia a Sra. Lorenice Veroneze que, aparentemente, possui vínculo familiar com os proprietários da empresa SRV – Salienta-se que em seu recurso, a empresa nada trouxe para afastar tal alegação;

V. O Engenheiro responsável pela empresa Terramix é sócio-administrador da empresa SRV, de modo que os próprios atestados de capacidade técnica apresentados pelo Engenheiro são da empresa SRV;

Ora, todos os fatos elencados acima, sobretudo pelas empresas estarem cadastradas no mesmo endereço, possuindo sócios com vínculo familiar, com atividades idênticas nos traz à tona a necessidade de reconhecimento do grupo econômico.

São muitos fatores que analisados isoladamente podem transparecer apenas uma coincidência, mas quando verifica-se o conjunto total resta evidente a ocorrência de um grupo econômico.

Destaca-se que a empresa SRV não se enquadra nos benefícios elencados na Lei Complementar n.º 123/2006, de modo que a utilização de tal benefício para lograr-se vencedora do certame constitui motivo para sua inabilitação, conforme prevê a supracitada Legislação nos seguintes termos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

**V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;**

Desta forma, como já citado, considerando que a empresa SRV não se enquadra nos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 e, considerando a existência de grupo econômico, a inabilitação da licitante é medida inarredável.

Nesse sentido, em que pese não tratar-se de caso idêntico reconhece-se a ocorrência de grupo econômico em razão de vínculos societários e bancários, nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE CONCEDEU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PREENCHIDOS. FUNDAMENTO RELEVANTE. PRETENSÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO COM EMPRESA IMPEDIDA DE LICITAR. ABRANGÊNCIA DO CRITÉRIO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. - Caso em que, ao menos em sede de cognição sumária, há elementos que apontam para possibilidade de caracterização de grupo econômico entre a empresa vencedora do certame, ora agravante, CAMARGO & CAMARGO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, e a empresa MULTIÁGIL LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS EIRELI, ante a existência de sócio e dirigente comum entre ambas as empresas, sendo que a última citada estaria, bem como seus sócios, impedida de licitar com a Administração.- De referir, aliás, que a documentação igualmente demonstra que as empresas em comento foram consideradas integrantes do mesmo grupo econômico por possuírem vínculos societários e bancários, conforme se constata do documento "OUTROS 8" do processo de origem, consistente em decisão da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, oportunidade em que determinado o redirecionamento contras as duas empresas e seus sócios - Ademais, destaco que em recente decisão, em caso idêntico, esta Corte reconheceu que a empresa agravante participaria de grupo econômico em que uma das empresas e seus sócios (MULTIÁGIL LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS EIRELI) estão impedidos de licitar com a administração pública (Apelação Cível, Nº 70082877978).- Nessa esteira, saliento, valendo-me do elucidativo entendimento exarado pelo Em. Desembargador Marco Aurélio Heinz no AG 70063902928, que o aludido impedimento para contratar "se ajusta ao critério de abrangência, instituído pelos artigos 1º e 6º da Lei das Licitações, segundo os quais a sanção imposta por qualquer órgão da Administração é extensiva a todos;

a pena de impedimento de contratar detém caráter genérico, cujos efeitos irradiam-se por todas esferas de governo". Compreensão prestigiada pelo egrégio STJ: "o termo utilizado pelo legislador – Administração Pública, no dispositivo concernente à aplicação de sanções pelo ente contratante deve se estender a todas as esferas da Administração e não ficar restrito àquela que efetuou a punição". ( REsp 520.553/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe de 10.02.2011).AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 50151546520208217000 PORTO ALEGRE, Relator: Marilene Bonzanini, Data de Julgamento: 25/06/2020, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/07/2020)

Assim, entendemos pelo acolhimento do recurso interposto pela empresa KAENG, no sentido de desabilitar a empresa Terramix Prestação de Serviços Ltda.


#### 4. DO PARECER

Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, emitimos parecer **FAVORÁVEL** ao conhecimento e **PROVIMENTO** do recurso.

No mais, sugere-se a abertura de processo administração para apuração da conduta praticada pela empresa Terramix Prestação de Serviços Ltda, nos termos do Decreto 085/2023.

É o parecer.

Tangará/SC, 09 de maio de 2024.

  
**EDUARDO PARIZZI DA SILVA**  
**ADVOGADO OAB/SC Nº 53.628**  
**ASSESSOR JURÍDICO**